

7.07.05 - Psicologia / Psicologia Social.

TEMAS RACIAIS NOS ANAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA: PESQUISA DOCUMENTAL (1971 – 2018)

Anna Beatriz Barbosa de Souza Peralta¹, Tales Vilela Santeiro²

1. Estudante da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

2. Professor da UFTM – Departamento de Psicologia/ Orientador. Doutor em Psicologia como Ciência e Profissão.

Resumo

O debate sobre racismo tem crescido nos últimos anos, após ganhos de maior visibilidade às questões que o perpassam. No meio acadêmico e profissional questões desta natureza constituem o cotidiano de estudantes, formadores e profissionais, mas não alcançam níveis de debate satisfatórios. O estudo objetivou investigar produções científicas com a temática racial nos anais das Reuniões Anuais (RA) da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Trata-se de uma pesquisa documental de natureza quanti-qualitativa. A amostra comportou resumos publicados de 1971, início das RA, até 2018. A coleta de dados foi feita pela internet, no site da SBP, por meio de terminologias. Concluiu-se que as publicações foram crescentes ao longo do período investigado e que apresentavam informações aprimoradas. O crescimento de produções parece ser reflexo das mudanças socioculturais e evolução da ciência psicológica com implicações sobre a democratização da ciência e da profissão.

Palavras-chave: Racismo; Preconceito Racial; Relações Raciais.

Trabalho selecionado para a JNIC: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Introdução

O debate sobre racismo tem crescido nos últimos anos, após ganhos de maior visibilidade às questões que o perpassam, a partir de estudos de pioneiras, como Virginia Bicudo e Neusa Santos. Na década de 1940 alguns pesquisadores escreveram sobre a temática racial, e a psicanalista Virginia Bicudo estava incluída nesse grupo com a publicação da tese de mestrado “Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo” defendida em 1945 (Diguez, 2011). Alguns anos depois Neusa Santos (1983) publicou seu livro ‘Tornar-se Negro: As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiros em Ascensão Social’, reconhecido por Schucman e Martins (2017) como marco da nova geração que pesquisava sobre os efeitos do racismo. Estudos como estes mostram a importância da pesquisa para a promoção e fortalecimento de movimentos sociais e políticas públicas, assim como a Psicologia brasileira tem se desenvolvido e instruído a classe de psicólogas (os) a partir de documentos como a cartilha de Relações Raciais do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2017).

No meio acadêmico e profissional questões desta natureza constituem o cotidiano de estudantes, formadores e profissionais, mas não necessariamente têm podido ser contempladas ou, quando o são, alcançam níveis de debate insatisfatórios, o mesmo ocorrendo no meio acadêmico de psicólogos. A produção científica sobre temas raciais tem importância histórica, como documentos que retratam modificações sociais pela ótica de uma profissão e de uma ciência relativamente nova. Portanto, considera-se extremamente necessária a investigação e o resguardo dessas produções científicas para a posteridade, pois denotam o progresso da Ciência e engendram a preservação da história.

Neste artigo objetivamos identificar e analisar produções científicas que perpassam temas raciais, nos resumos publicados nos anais das Reuniões Anuais (RA) da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Como objetivos específicos, analisamos os seguintes conteúdos: tipos de estudos (pesquisas empíricas, relatos de experiência, estudos teóricos); bases teóricas dos estudos; áreas temáticas da Psicologia nas quais esses estudos se inserem (Psicologia Clínica e da Personalidade, Análise Experimental do Comportamento, Psicologia Social, Avaliação Psicológica, Psicologia Escolar e da Educação, etc.); o “direcionamento” dos estudos para o negro e as questões respectivas (enquanto objeto de estudo da ciência e/ou protagonista da própria história); casos nos quais houve a temática do racismo, foi verificado os âmbitos em que ele ocorreu (institucional, interpessoal ou pessoal).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental de natureza quanti-qualitativa. A SBP foi o estudo de caso deste trabalho por seu reconhecimento histórico, científico e por resguardar documentos desde sua primeira RA em 1971. Essa Sociedade Científica surgiu em 1970 com os objetivos de divulgar a ciência em Psicologia e de fortalecer a classe de psicólogos. Estes sentiam necessidade de se organizarem, visto que na época ainda não existia o CFP. Por isso, Rozestraten (1988) comenta que a função da SBP, além de propagar a ciência, era também a de fiscalizar a profissão (função desenvolvida posteriormente pelo CFP e CRPs, a partir de 1973).

A amostra constituiu-se de 120 resumos publicados nos Anais das RA da SBP, desde a primeira delas, ocorrida em 1971, até a 48ª, ocorrida em 2018. Isso posto, a extensão temporal considerada cobriu 48 anos.

O material analisado está disponível no site da Organização, sem custos para acessá-lo, em formato *Portable Document Format* (PDF). A coleta de dados foi feita por meio de terminologias como negritude, negro, racismo, relações raciais, etnia, afrodescendente, exclusão-inclusão e desigualdade social, bem como correlatos encontrados a cada imersão documental. Dois pesquisadores experientes, um deles historiador da Psicologia (25 anos de formado) e outro, estudioso de questões que envolvem minorias (23 anos de formado), foram consultados sobre a pertinência dessas terminologias. Por meio dessa medida, as variações de terminologias passíveis de ocorrer ao longo do período enfocado, extenso, foram devidamente consideradas, haja vista as “formas de nomeação de fenômenos” acompanharem os movimentos sociais subjacentes à evolução no campo da produção do conhecimento. Os anos 2001 a 2011, que não foram anexados no site devido a problemas técnicos do mesmo, foram analisados por meio de CD-ROMs cedidos pela SBP. E devido à impossibilidade de acesso/aquisição dos CD-ROMs dos anos de 2001 e 2002, as produções respectivas foram excluídas na amostra, logo totalizando 46 anos analisados, na extensão de 48 anos totais. A busca de informação foi feita durante o ano de 2019.

Os dados foram organizados em planilhas do programa Excel, segundo a ordem considerada nos objetivos. Além disso, a análise foi feita de forma quantitativa e qualitativa. Quando quantitativa foram estimadas as frequências relativas e brutas das variáveis observadas. Estes resultados foram a base para a interpretação qualitativa, o que se realizou por meio do diálogo com a literatura especializada, como o manual de Relações Raciais publicado pelo CREPOP (CFP, 2017).

Resultados e Discussão

Nos 46 anos analisados a produção se distribuiu de modo crescente, porém, com concentração na última década: 1970 (n = 1; 0,8%); 1980 (n = 6; 5,0%); 1990 (n = 15; 12,5%); 2000 (n = 34; 28,8%); 2010 (n = 64; 53,3%) (Média = 24 produções/década; Desvio Padrão = 25,6). Schucman e Martins (2017) dialogam sobre o crescimento de produções sobre questões raciais a partir de uma mudança analítica para negros, após a Constituição Cidadã e o crescimento de movimentos sociais negros. Como anteriormente citado para os autores o marco é na década de 80 com a publicação do livro “Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, de Neusa Santos (1983), o qual indicava aumento de trabalho de psicólogos sobre os efeitos do racismo. Em vista disso, o número de estudos encontrados após a década de 80 até os dias de hoje foi progressivamente crescente, demonstrando interesse da comunidade científica em esclarecer questões de natureza racial e que envolvem a negritude.

Em relação aos tipos de estudos, na amostra geral concentração de empíricos foi observada (n = 110; 91,6%), seguidos de teóricos (n = 6; 5,0%) e revisões bibliográficas (n = 4; 3,3%). Na maioria dos resumos recuperados não houve especificação da base teórica que direcionava os estudos (n = 102; 85%). Quando ela foi especificada, os seguintes resultados foram encontrados, década a década: 1970 (n = 1); 1980 (n = 3); 1990 (n = 5); 2000 (n = 3) e em 2010 (n = 6). As seguintes correntes teóricas foram observadas, no geral: psicanalítica (n = 6; 5,0%), comportamentalista (n = 3; 2,5%), fenomenológica (n = 3; 2,5%), eclética (n = 15; 12,5%), e outras bases (sócio-interacionista, sócio-histórica, sócio-construtivista e bioecológica (n = 1 cada; 0,8% cada). Apesar da relativa limitação quantitativa da amostra estudada, ela elucida produções de maioria empírica, ressaltando um aspecto positivo da amostra estudada e também o papel da SBP como promotora da ciência psicológica no Brasil. Um fato preocupante encontrado na amostra foi que a maioria dos estudos (n = 102) não apresentou especificação da base teórica, sendo esta fundamental para a discussão dos dados apresentados.

As áreas temáticas de inserção dos estudos, na amostra geral, foram concentradas na Psicologia Social (n = 73; 60,8%), seguidas por: Psicologia da Religião (n = 8; 6,6%); Psicologia do Desenvolvimento (n = 4; 3,3%) e Psicologia Escolar/Educacional (n=3; 2,5%). As frequências foram menores nos casos de Relações Étnico-Raciais, Psicologia Cognitiva, Análise do Comportamento e Interdisciplinares (n = 2; 1,6% cada). Além disso, houve estudos com temáticas não identificadas (n = 17; 14,1%) e 7 trabalhos foram observados em 7 áreas temáticas, de modo disperso (n = 1; 0,8% cada). Publicação de resumos na área temática com maior frequência (Psicologia Social) foram crescentes ao longo do período investigado: 1970 = 1; 1980 = 1; 1990 = 3; 2000 = 21; e 2010 = 47.

Schucman e Martins (2017) fazem um paralelo entre a construção da Psicologia enquanto área do conhecimento e do movimento de democratização que o Brasil enfrentava em meados da década de 70 e início da década 1980, quando houve esforços em identificar o papel da Psicologia brasileira, ao mesmo tempo que ocorria luta por direitos cidadãos. E nesse mesmo íterim, a Psicologia Social também se apresentava como área interessada em citar temas de relevância social, como o racismo.

Os estudos que tinham o negro como objeto de estudo e como protagonista (n = 49; 40,8%), e ao longo do tempo: 1970 = 0; 1980 = 3; 1990 = 4; 2000 = 18; 2010 = 24. Como objeto de estudo (n = 38; 31,6%) e ao longo do tempo: 1970 = 1; 1980 = 2; 1990 = 6; 2000 = 8; 2010 = 21. E como protagonista (n = 33; 27,5%), ao longo do tempo: 1970 = 0; 1980 = 1; 1990 = 5; 2000 = 8; 2010 = 19.

Assim como Schucman e Martins (2017) dialogam em seu trabalho sobre a mudança de perspectiva em estudos sobre relações raciais, notamos a crescente sobre estudos de protagonismo negro. Entretanto, parece ser necessário investigar particularidades das experiências desta população, como: escolaridade, saúde, moradia, trabalho. Infelizmente, a desigualdade social é histórica e visível em cada espaço da

sociedade, por isso faz-se necessário investigar para combater toda forma de violência (preconceito e discriminação) contra os negros (Santos & Schucman, 2015).

Na maior parte dos resumos o racismo não foi objeto de investigação específico (n = 71; 59,1%). Nos demais estudos (n = 49; 40,9%), os seguintes tipos de racismo foram observados: pessoal e interpessoal (n = 18; 15%), pessoal (n = 15; 12,5%), todos os tipos de racismo (n = 11; 9,1%), pessoal e institucional (n = 2; 1,6%), interpessoal (n = 2; 1,6%), e institucional e interpessoal (n = 1; 0,8%). O racismo institucional é o tratamento diferenciado em que o branco é privilegiado por ser branco, em detrimento de negros, em ações políticas adotadas por instituições. Já o racismo interpessoal, o segundo dos enfocados, acontece nas relações entre pessoas iguais, que estão no mesmo nível da pirâmide social, mas que mesmo nesse cenário mais equânime ser branco é tido como um fator de privilégio e diferenciação positiva. E, por fim, o racismo pessoal ocorre quando negros e brancos interiorizam o racismo, na medida em que ambos estão imersos nas estruturas sociais e, assim, sem perceber reproduzem condutas racistas, e isto pode produzir efeitos psicossociais nos negros, que vão desde desigualdade social até negar a própria negritude (CFP, 2017). Apesar de estudos sobre racismo não terem sido encontrados na maioria dos resumos, no percentual encontrado o racismo foi verificado nos três tipos mais frequentes. Tendo em vista a constante denúncia do racismo vivida nos últimos anos e o aumento de publicações sobre temáticas étnico-raciais nas últimas décadas, ainda assim encontramos poucos resumos que citaram e tomaram o racismo como objeto de estudo: 71 dos 120.

Santos e Schucman (2015) debatem a importância da Psicologia estudar sobre temáticas raciais para contribuir com as áreas da saúde, organizacional, clínica e até para entender as próprias demandas do terapeuta em relação a sua identidade racial: “Nesse sentido, combater o preconceito e a discriminação racial derivados do racismo está diretamente relacionado ao acolhimento e humanização na assistência, temas caros aos (as) psicólogos (as)”. Todavia, de modo geral houve crescimento de publicações sobre relações raciais e tal aumento propicia o deslocamento do negro de objeto da ciência para protagonista, além de promover conhecimento para o combate ao racismo. A prática antirracista tem sido debatida por profissionais psicólogos, no sentido de banir práticas antigas, observar e intervir em condutas que denunciem e modifiquem o cenário de discriminação e preconceitos. Estas práticas foram dialogadas por Shalonda et al. (2020) no recente artigo *The Black Lives Matter Movement: A call to action for couple and family therapists* quando citaram os casos de racismo nos Estados Unidos, em 2020, os quais promoveram discussão da prática antirracista em terapia familiar, orientando os profissionais sobre abordagens mais acolhedoras e que tragam reflexão sobre aspectos raciais importantes para os pacientes.

A Psicologia brasileira tem procurado desenvolver compromisso ético para promover saúde e qualidade de vida, nas mais diversas esferas. E o faz ao identificar o sofrimento humano e ao buscar combatê-lo por meio de seus recursos práticos, técnicos e teóricos. A pesquisa científica em Psicologia produz muito mais do que conhecimento sobre a realidade. É a partir da produção científica que assuntos são abordados e discutidos na academia. Por meio das investigações empíricas que políticas públicas podem ser produzidas, temas de relevância podem ser percorridos e disseminados, haja vista a importância da ciência enquanto conhecimento metodicamente consolidado. Por isso investigar as produções sobre a negritude em suas várias formas e as violências decorrentes das relações humanas com interfaces sobre questões envolvendo-a é importante para que ele se torne progressivamente visível e para que receba a devida atenção, também por acadêmicos de Psicologia e, eventualmente, de áreas correlatas que podem usar do “espaço” da Psicologia.

Conclusões

A proposta inicial visava questionar a produção científica sobre negritude, publicada em um dos eventos mais importantes da Psicologia no Brasil, as RA da SBP, e ao final é possível considerar que as produções foram crescentes ao longo do período investigado e que, igualmente, os resumos apresentavam informações, também de modo aprimorado ao longo do tempo. Esse crescimento parece ser reflexo dos momentos pelos quais a Psicologia brasileira tem passado desde 1971: mudanças socioculturais e evolução da ciência psicológica com implicações sobre a democratização da ciência e da profissão, com enfoque sobre visibilidade às questões do povo brasileiro, e também às dos negros. Haveria modos de a comunidade acadêmica de psicólogos não refletir o *status quo* dominante na sociedade brasileira, quando questões envolvendo negritude estivessem em jogo?

Os resumos apresentaram lacunas que dificultaram identificar informações essenciais a respeito das pesquisas relatadas, como a teoria de base utilizada para sustentar e interpretar os dados, e a descrição de área temática da Psicologia. Outro dado que se destacou ao longo do tempo é a área da Psicologia Social investigar temáticas raciais quando comparada a outras. Esta área da Psicologia brasileira parece vir fomentando o direcionamento de estudos para o negro, redirecionando, assim, o lugar de simples objeto, testável e determinado, para o de protagonista da própria história e de suas lutas. Acreditamos que marcos como esse servem como fontes de inspiração e empoderamento, na medida em que fomentam a visibilidade de questões fundamentais à identidade e à saúde das comunidades e pessoas negras e, por conseguinte, da sociedade brasileira.

Em relação as áreas temáticas somente uma se destacou das demais por apresentar 60,8% da amostra demonstrando ser a área mais engajada, nesse estudo de caso, com temáticas étnico-raciais assim como dialogado com os autores citados anteriormente. Quanto ao direcionamento dos estudos para as questões respectivas observou-se aumento ao longo das décadas tratando como objeto e protagonistas das

pesquisas, e mesmo assim é um fato positivo que a população negra seja inserida nos estudos para retratar e investigar os aspectos que fortalecem dão características a essa população, como a culturas e as religiões. E ainda aspectos que continuam a minimizar e trazer sofrimento como o racismo, mas com o intuito de combatê-lo e entender de onde vem as práticas racistas.

Outro dado encontrado na amostra foi a pequena porcentagem de estudos que citassem o racismo. Portanto, isto leva à problematização sobre a escrita dos resumos por parte das (os) pesquisadoras (es), que pode ter sido ineficiente ao informar o leitor sobre a pesquisa publicada, ou simplesmente consolidando que estudar/pesquisar racismo “não era algo possível de ser feito” até há pouco.

Ressaltamos a importância do discurso do resumo, visto que em Anais, como os analisados, o que o leitor tem disponível são o título, a autoria, o vínculo institucional e o resumo propriamente dito. Por isso é essencial que o texto apresente todas as informações tratadas na pesquisa de forma coerente e organizada, facilitando a leitura e instigando o leitor, público alvo dos eventos acadêmicos como as RA, a planejar pesquisas e intervenções na linha de contribuições envolvendo negritude e suas reverberações.

Por fim, foi observado número crescente de produções sobre a negritude nos Anais da SBP, ao longo das últimas cinco décadas. E sugere-se que novas pesquisas com enfoque metodológico semelhante sejam feitas em produções de outras sociedades científicas brasileiras, para ampliação do panorama aqui apresentado. Algumas questões que foram suscitadas pelos dados e que podem ser objeto de novas investigações são: a ciência psicológica ali retratada pouco se ocupava dessa temática por quais razões? Minorias como os negros não eram objeto de atenção? Esses dados refletem racismo institucional e do segmento profissional de psicólogos (os)?

Referências bibliográficas

Conselho Federal de Psicologia (2017). *Relações Raciais: Referência Técnica do CREPOP*. Brasília: CFP, 2017.

Diéguez, C. R. M. A. (2011). "Negro é negro": a contribuição da obra de Virginia Leone Bicudo aos estudos de relações raciais. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 24(47), 219-222. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862011000100012>

Rozestraten, R. (1988). Os Primórdios da SBP (mais sobre a história) [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1988*. Recuperado de: <https://www.sbponline.org.br/conheca-o-historico-da-sbp-relatado-por-ricardo-gorayeb-e-reinier-rozestraten>

Santos, N. S. (1983). *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, RJ: Graal

Schucman, L. V. & Martins, H. V. (2017). A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 37, 172-185, 2017. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>

Santos, A. d. O. d. & Schucman, L. V. (2015). Desigualdade, Relações Raciais e a Formação de Psicólogos (as). *Revista Epos*, Rio de Janeiro, 16 (2), 117-140, 2015. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&tlng=pt.

Shalonda, K. Jérémie-Brink, G., Chambers, A. L. & Smith-Bynum, M. A. (2020). *The Black Lives Matter Movement: A call to action for couple and Family therapists* <https://doi.org/10.1111/famp.12614>